



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

RESOLUÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSUNI)

Nº 13/2007

**Alterada pela Resolução n.º 01/2014 do Consuni*

Altera a Resolução do Conselho Universitário nº 14, de 24 de novembro de 2004, que dispõe sobre a criação do Regimento Interno do Conselho Diretor do *Campus* Universitário de Palmas.

O Egrégio Conselho Universitário da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 20 de dezembro de 2007, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a Resolução do Conselho Universitário nº 14, de 24 de novembro de 2004, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - O art. 4º passa a ter a seguinte redação: (*Revogado pela Resolução n.º 01/2014 do Consuni*)

~~“Art. 4º~~

~~II dos Coordenadores de Curso de Graduação e de um Coordenador representante dos cursos de Pós-Graduação stricto sensu, eleito por seus pares.~~

~~V de um representante da categoria discente de cada Curso de Graduação, eleitos em consonância com o Estatuto Interno do Centro Acadêmico, e de um representante discente dos cursos de Pós-Graduação stricto sensu, eleito por seus pares e indicado pela sua representação oficial” (NR)~~

II - O art. 14 passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

~~“Art. 14~~

§ 1º – Se decorridos quinze minutos após o horário de convocação da reunião do Conselho Diretor, não houver quórum *mínimo de 50%*, a reunião deverá iniciar-se com o número de membros presentes.” (NR)

§ 2º - *Caso o Centro Acadêmico (CA) dos respectivos cursos não indique representante, serão aceitos aqueles indicados por seus pares. Quando não houver a indicação de representantes estudantis, essa falta não deverá ser considerada na contagem de quórum mínimo para a reunião.*

III - O art. 17 passa a vigorar acrescentado do seguinte § 2º:

“**Art. 17**

.....
§ 1º

§ 2º *O Conselheiro que perdeu o direito a voto de acordo com o exposto no §1º deste artigo, terá que comparecer a três reuniões consecutivas do Conselho Diretor para que o seu direito a voto seja restabelecido. Persistindo a ausência nas demais reuniões o Conselheiro perderá definitivamente sua representatividade.” (NR)*

IV - O art. 18 passa a vigorar na seguinte forma:

“**Art. 18** – *O Presidente do Conselho Diretor declarará abertos os trabalhos da sessão no horário de convocação da mesma, sempre observando os preceitos do art. 14 desta Resolução.” (NR)*

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Palmas, 20 de dezembro de 2007.

Prof. Alan Barbiero
Reitor

rmr